

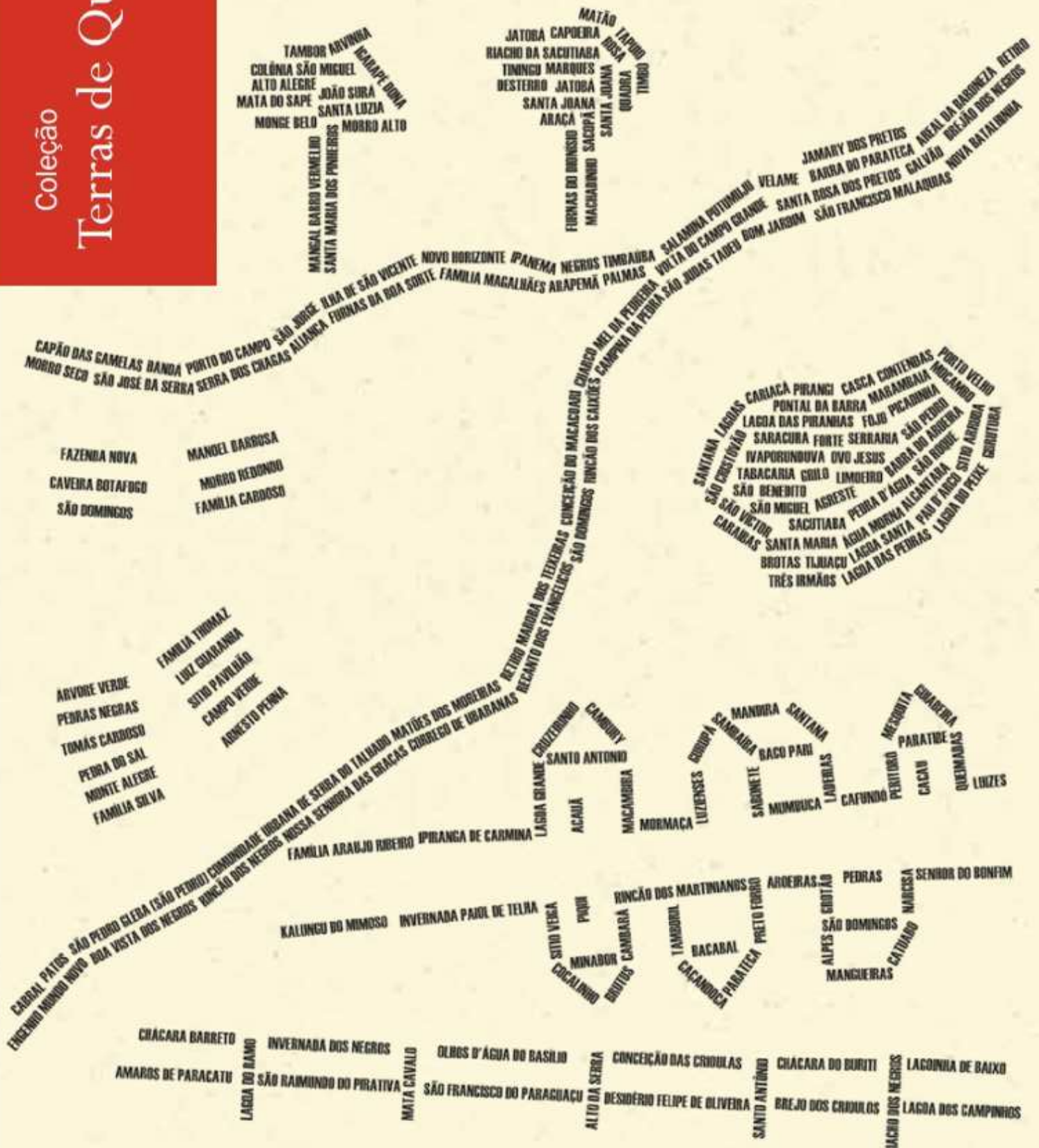


Coleção

# Terras de Quilombos

Minas Gerais

# Comunidade Quilombola dos Amaros



## As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

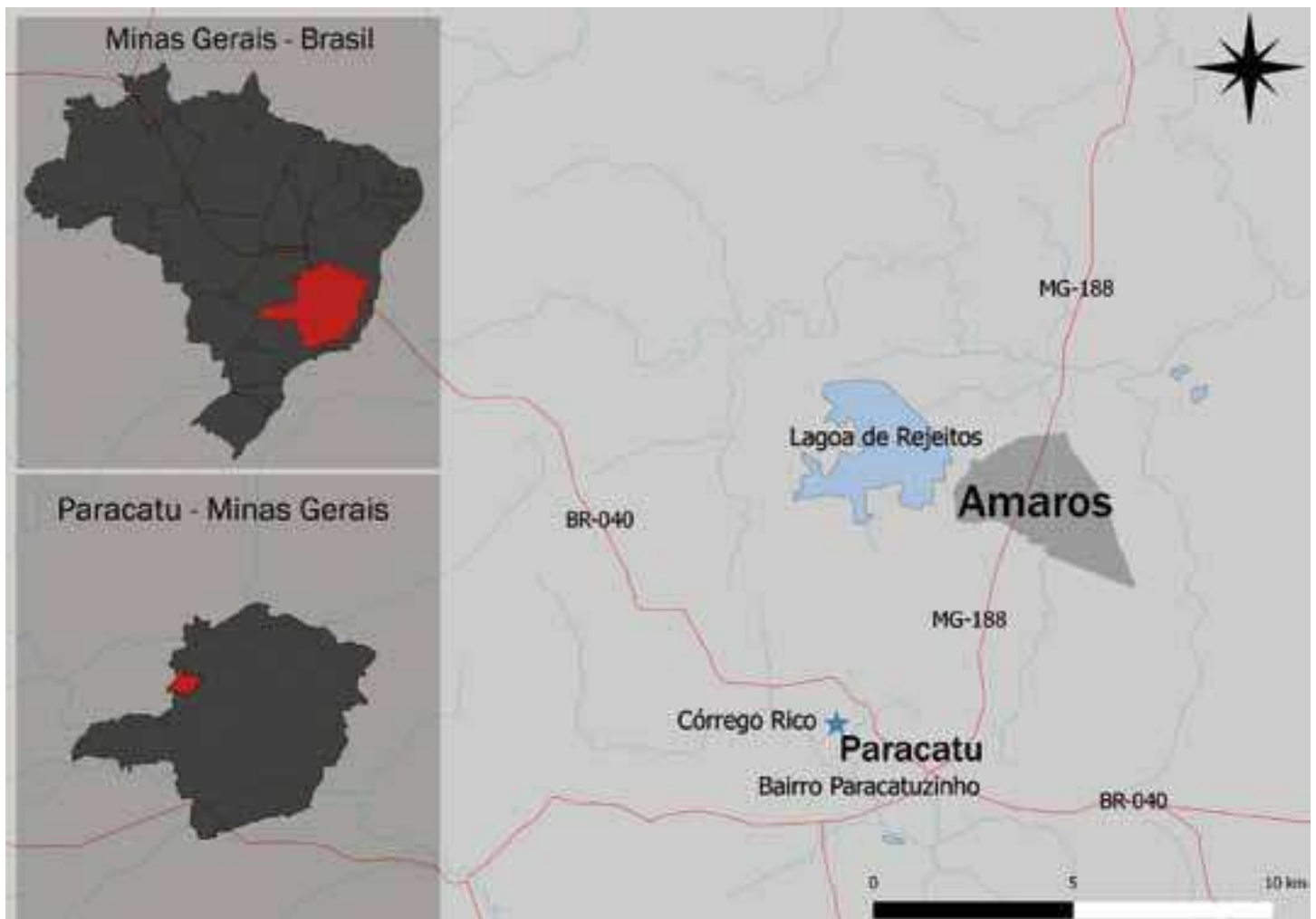
O objetivo da parceria entre INCRA, CGPCT e NEAD (MDA) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



# Comunidade Quilombola dos Amaros

A Família dos Amaros é um grupo quilombola que vive na região de Paracatu, no noroeste de Minas Gerais, desde a época da escravidão. Suas terras tradicionais correspondem à região conhecida como Pituba, onde seu antepassado Amaro Pereira das Mercês, um ex-escravizado, comprou terrenos e instalou sua família. Em 2004, eram cerca de 450 pessoas, quase todas morando no bairro Paracatuzinho, na periferia da cidade de Paracatu, mas também nos municípios de Luziânia, Cristalina e Vazante. **A dispersão dos Amaros por diferentes municípios deve-se, em grande parte, à ação dos fazendeiros, que foram expulsando as famílias das terras onde originalmente moravam.**





A Caretada. Foto: Tania Anaya

## A ocupação do Pituba

O Rio Paracatu, afluente do São Francisco, dá nome ao município onde vivem os Amaros. Foi através dos rios que os bandeirantes desbravaram a região, em busca de ouro e pedras preciosas. Desde o início do século 17, os colonizadores ganhavam a posse de terras (principalmente quando tinham muitos escravos) para ali explorarem os recursos minerais. Em troca, pagavam uma parte do que encontravam à coroa portuguesa, que fiscalizava a produção mineradora.

No início do século 18, quando foi descoberto o ouro de aluvião (encontrado nos leitos dos rios) próximo a Paracatu, alguns moradores da região do Rio São Francisco se mudaram para lá. Formaram, então, os primeiros arraiais, pedindo terras para criar gado. Na verdade, queriam retirar ouro sem o conhecimento das autoridades, para não pagarem os pesados impostos que incidiam sobre a mineração.

Para o sucesso da empreitada, a mão de obra escravizada e os conhecimentos trazidos pelos africanos foram de fundamental importância. **Em 1745, a população do Arraial de “São Luiz” e de “Sant’Anna das Minas do Paracatu”, que mais tarde formaram a cidade de Paracatu, era formada por 85% de negros escravizados, a maioria trazida da Costa da Mina, de Angola e do Congo.** Na segunda metade do século 18, as minas de

Paracatu produziam bastante, e intensificaram-se as perseguições aos escravizados que fugiam para os quilombos. Vieram, nessa época, muitas pessoas de outras regiões do estado, formando vários arraiais na região de Paracatu, próximos aos rios e a minas de ouro.

Quando o ouro de aluvião começou a se esgotar, a partir de 1780, a agropecuária garantiu a produção regional, mantendo-se o uso de mão-de-obra escravizada. **Aos poucos, alguns cativos conseguiam comprar sua liberdade, frequentemente organizados em grandes grupos ou irmandades, ajudando-se mutuamente.** Em 1822, quando as leis de posse e ocupação de terras no Brasil começaram a mudar, muitos grupos negros se formaram na região de Paracatu, dando origem a vários arraiais, alguns dos quais existem até hoje.

Amaro Pereira das Mercês, um ex-escravizado que viveu até 1847, conseguiu se manter com o trabalho agrícola onde morava, juntamente com outras famílias negras, num lugar conhecido como Brejo do Pituba, no sopé do Morro do Ouro. Como tinha algum dinheiro, obtido com o garimpo, comprou uma pequena terra próxima ao local, que foi registrada por sua viúva em 1854. Mais tarde, Amaro aumentou as terras que já ocupava, comprando a área conhecida como Macaco, perto de três açudes construídos na época da mineração, existentes até os dias de hoje.

Durante muito tempo, havia muitas trocas de produtos e serviços dentro da comunidade dos Amaros e com as comunidades vizinhas. As pessoas trocavam serviços, como costura, trabalho na roça, construção de casas, sem depender do uso do dinheiro. Também realizavam mutirões de trabalho, geralmente seguidos de refeições e celebrações coletivas, além de festas comuns e celebrações de santo.

**O território da Família dos Amaros era um lugar de uso comum. Os membros da comunidade compartilhavam o uso da terra e, ao longo dos anos, foram casando-se e tornando-se compadres uns dos outros, ou de camponeses vizinhos.** Quando os Amaros hoje falam dos locais ocupados pela antiga comunidade, sempre se lembram das relações de parentesco, dos casamentos, dos nascimentos e batizados.

## Entrada dos fazendeiros e expulsão dos quilombolas

O casamento entre uma neta de Amaro, Felisbina, que morava na área do Macaco, e um vizinho lavrador, Bernardino Nunes, foi o início da entrada dos fazendeiros no território, e da expulsão dos Amaros de suas terras. **Bernardino foi se apossando aos poucos das terras da esposa e, quando ela morreu, já tinha tanto controle sobre as roças e outras instalações, que conseguiu expulsar os filhos da companheira, pressionando-os para que fossem morar na cidade e conseguir trabalho.**

Também o fazendeiro Maximiano Alves Campos, que no início era um pequeno lavrador, entrou na região nos anos 1930, começando a ocupar as terras dos Amaros na área do Macaco, usando documentos falsos, ameaças e subornos. Até convenceu os Amaros a mudarem seu sobrenome de Pereira das Mercês para Pereira de Sena, para que, no futuro, eles não conseguissem comprovar sua relação com o território. Além disso, Maximiano participava das festas e mantinha contato permanente com a comunidade, oferecendo ajuda para levar algum doente à cidade, comprando remédios, emprestando dinheiro, apadrinhando as crianças. Quando as dívidas eram pequenas, esse “compadre” não aceitava receber o pagamento, mas, quando o devedor passava por dificuldades, ele vinha fazer a cobrança do dinheiro emprestado e dos favores acumulados. Como a pessoa já não podia pagar, acabava cedendo uma parte de sua terra. Foi assim que ele dominou a terra dos Amaros, ficando rico e poderoso.

Os Amaros, que não sabiam ler e não tinham muitas informações sobre a vida fora de Pituba, confiavam que Maximiano pudesse ajudá-los a entender e a se comunicar com a prefeitura local. **Aos poucos, enquanto o fazendeiro tomava conta de áreas cada vez maiores, os quilombolas passaram a trabalhar para ele nas terras que antes eram suas.** Maximiano (e depois seus descendentes) remunerava aos quilombolas com uma parte da produção final ou com pequenos pagamentos em dinheiro. Para quem antes só produzia o necessário para a sobrevivência, receber dinheiro

para construir, fazer festas e comprar alguma coisa parecia um bom negócio. Afinal, ainda era possível continuar morando no mesmo lugar, ainda que como agregados ou posseiros.

Os moradores do Macaco se acostumaram a trabalhar com baixos salários e em péssimas condições para os fazendeiros, os quais aumentavam suas áreas de domínio e espalhavam seu gado. Pastos cada vez maiores cobriam as áreas onde antes era plantado o arroz. Mais tarde, na década de 1960, os herdeiros de Maximiano começaram a vender (sem documentos de transferência legal de propriedade ou de posse) parte da terra ocupada durante mais de um século pela comunidade Família dos Amaros. **A partir dos anos 1980, não só novos fazendeiros compraram as terras, mas também grandes mineradoras.** As mineradoras também tentavam comprar direitos de posse diretamente dos Amaros (as últimas famílias dos Amaros que trabalhavam para os fazendeiros), ao mesmo tempo em que avançavam com as cercas sobre as lavouras.

Desde a década de 1940, os últimos Amaros a serem expulsos de suas terras se juntavam a duas famílias que, pressionadas pelo genro de Maximiano, tinham comprado um lote onde hoje é o bairro Paracatuzinho, na periferia de Paracatu. O lote foi pago com o dinheiro da venda de pertences, animais e até mesmo telhas de sua antiga casa, vendida ao fazendeiro.

A cidade foi crescendo e outras pessoas começaram a ocupar aquele terreno para construir suas casas. **À medida em que o processo de urbanização começou a dividir o espaço com ruas e muros, separando as casas do chamado Córrego Rico, o modo de vida camponês mantido pelos Amaros foi ameaçado.** Os mais jovens passaram a aceitar todo tipo de trabalho que lhes permitisse sobreviver: com a carroça, faziam coletas de restos de construção da cidade, depositando em suas próprias casas alguns materiais que pudessem ser vendidos ou usados na arte de decoração e artesanato de móveis e utensílios, como gamelas, peneiras e colheres.

A prefeitura fez com que os Amaros ficassem confinados em um quarteirão do bairro. Apesar disso, continuaram plantando e criando seus animais em pequenos currais, mantendo a casa de farinha e o

engenho de moer cana. Começaram, então, a alugar terrenos de outras pessoas para plantar milho, feijão e abóbora, importantes para a sobrevivência do grupo. Como sempre tiveram o costume de criar alguns animais, como cavalos, cabras, porcos e galinhas, e de andar com eles pelas ruas, levando até o córrego ou saindo em busca de alimento, quando a circulação de animais foi proibida nas ruas de Paracatuzinho surgiram alguns conflitos com autoridades da cidade, a polícia e a secretaria de saúde. Além disso, o garimpo de ouro de aluvião nos córregos e rios começou a ser controlado por órgãos ambientais, sendo proibido pelo Ibama, o que reduziu ainda mais o uso dos recursos tradicionais de sobrevivência do grupo.

## Retomada da terra ancestral

Por volta de 1970, a luta contra os fazendeiros pelas terras originais parecia perdida, mas alguns descendentes de Amaro persistiram. **Em 1980, foram localizados no cartório a escritura e o inventário dos bens de Amaro Pereira das Mercês, comprovando que a Fazenda Pituba pertenceria à comunidade.** Muitos advogados foram então procurados, inclusive em cidades vizinhas. Mas cada um deles, depois de receber uma parte do pagamento e analisar os documentos, desaparecia sem justificativa, ao perceber que teria que enfrentar pessoas muito poderosas.

Em 1995, um advogado de Patos de Minas entrou na justiça com uma ação contra os fazendeiros. Ele argumentava que os descendentes de Amaro tinham formado, na região da área reivindicada (960 hectares), uma colônia que passou a ser conhecida como “Fazenda dos Amaros”, onde viviam e trabalhavam ao longo dos anos, passando as terras de pai para filho. A invasão de fazendeiros com muita influência política, e a expulsão dos quilombolas com a conivência da polícia local, era de conhecimento geral.

Entretanto, no dia da audiência, esse advogado também desapareceu. Os fazendeiros se defenderam dizendo que tinham direito às terras por usucapião, pois moravam ali há mais de 20 anos. Um deles apresentou cópias de escrituras de outras terras, declarando serem



referentes ao território quilombola. Em 2000, o Juiz arquivou a ação, considerando que os argumentos apresentados pelo advogado dos Amaros não eram válidos, e que os documentos eram ilegíveis, não comprovando o domínio sobre a área pedida e nem descrevendo adequadamente o imóvel. **Depois disso, os documentos originais dos Amaros desapareceram do processo e do cartório de Paracatu.**

Os Amaros então procuraram a Fundação Cultural Palmares, que, no momento, não tinha condições de atender suas demandas. A fundação sugeriu à comunidade encaminhar a documentação de solicitação de reconhecimento da Família dos Amaros como remanescentes de quilombo, e aguardar as orientações sobre o que fazer. **Os resultados iniciais da pesquisa realizada pela Fundação Cultural Palmares, em 2003, mostraram que os documentos mais antigos apresentados pelos fazendeiros eram bem recentes, de 1962, e nada indicava como eles os conseguiram.** Cada vez mais certos de seus direitos, lendo os livros e materiais de divulgação sobre a questão quilombola, os Amaros perceberam-se e identificaram-se como quilombolas. Em Brasília, participaram de audiências com autoridades do Ministério Público Federal, com a Fundação Cultural Palmares e com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em mais uma tentativa de solução para o seu caso na justiça. Em geral, as autoridades se mostraram interessadas e garantiram apoio.

**Os Amaros não se conformaram com a lentidão da justiça. Já estavam na luta há mais de vinte e cinco anos, contando apenas com suas forças e com a certeza de que seu pedido era justo.** Examinaram cuidadosamente os documentos que tinham, informaram-se como puderam sobre seus direitos, e decidiram ocupar a terra que lhes fora roubada, que na época já havia sido vendida para outros fazendeiros e mineradoras. No final de 2003, após comunicarem suas intenções à Fundação Cultural Palmares, ao Ministério Público e à Procuradoria da República, além de organizações e instâncias do governo local, acamparam em uma pequena área do que era a antiga Fazenda Pituba. A retomada teve grande repercussão nos jornais.

Um juiz chegou a propor que os quilombolas saíssem do lugar sem que houvesse desocupação forçada, mas os Amaros não aceitaram a proposta. Esperavam que a Fundação Cultural Palmares entrasse no processo e que o julgamento fosse levado à esfera federal, já que no âmbito estadual eles não teriam a menor chance, devido às influências políticas e econômicas na região. Ficou estabelecido, então, um acordo pelo qual os Amaros se comprometiam a não ocupar as demais áreas além do acampamento onde estavam. Mas, mesmo assim, o juiz determinou a reintegração de posse da área ocupada. Os Amaros deixaram pacificamente a área onde estavam acampados. Após esse incidente, a Fundação Cultural Palmares iniciou o processo de reconhecimento da Família dos Amaros como quilombo, para a defesa de seus direitos. **Em 2004, eles foram, enfim, reconhecidos como quilombolas, passando a ser protegidos pelas leis específicas que foram regulamentadas pela Constituição de 1988.**

## O território e a mineração

Quando Amaro Pereira das Mercês foi morar na região da Pituba e do Macaco, por volta de 1800, uma parte do local já estava destruída por quase um século de mineração do ouro. Alguns córregos tinham sido desviados de seu curso original, tanques construídos para lavar minério, e montes de cascalho, mais tarde recobertos pela vegetação, haviam se formado. O ouro daquela região já tinha se esgotado, e as terras não mais interessavam aos antigos mineradores. Amaro então se juntou com outras famílias negras, formando uma comunidade que durou mais de cem anos, mantendo-se com pequenas roças e um pequeno garimpo. Eram negros livres, antes mesmo da abolição da escravatura.

**Dois séculos após a decadência do ouro, a partir dos anos 1980, a mineração ressurgiu, desta vez muito mais agressiva.** Aos poucos, uma grande mineradora ocupou, comprou e arrendou enormes áreas no entorno do Morro do Ouro, em sobreposição de interesses com áreas da comunidade. O córrego Olha Bem,

que antes alimentava as lagoas e as áreas mais baixas do brejo do Pituba, já estava secando. Regiões onde quilombolas plantaram e colheram deram lugar a uma enorme lagoa de rejeitos.

**Hoje, toda a população de Paracatu está exposta às substâncias tóxicas dos rejeitos da mineração.** Várias pesquisas e notícias, algumas reunidas no Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (estudo realizado pela Fiocruz e pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), apontam a mineração como principal causa de grande número de casos de doenças renais, neurológicas, cardiovasculares, e, principalmente, câncer, além de mutações genéticas, na região. **O ar e as águas, principalmente na barragem de rejeitos (a maior do mundo), têm níveis enormes de contaminação por metais pesados. As nascentes foram todas comprometidas. Mesmo com ações e denúncias por diversos órgãos, a exploração aumenta a cada ano, avançando sobre as fazendas e os bairros de Paracatu. Muitos ativistas são ameaçados, tendo que fugir da região.** Todo o riquíssimo universo cultural da Família dos Amaros e de outros grupos quilombolas da região pode desaparecer, juntamente com seu território.



Um setor da mineração. Fonte: Relatório Antropológico

## Religiosidade e festejos

Há mais de um século, os Amaros realizam uma dança religiosa conhecida como Caretada ou Caretagem, tradicionalmente dedicada a São João, no dia 24 de Junho. Os participantes, mascarados, dançam vários passos diferentes, por 24 horas sem parar, com os músicos tocando na frente do cortejo. Antigamente, se apresentavam na frente da Igreja da Lagoa de Santo Antônio, durante dois dias seguidos. Atualmente, seguem pelas ruas da cidade e apresentam a dança em alguns locais, sendo o principal deles o pátio da igreja dedicada ao santo que estiver sendo comemorado, ou o pátio da igreja de Santo Antônio.

**Além da Caretada, outras festas católicas, novenas e promessas também são realizadas pelos quilombolas.** Os Amaros mais velhos ainda contam que, antigamente, quando se reuniam para cooperar nas roças ou na construção de casas, realizavam muitas outras festas e danças, como a Catira, o Batuque e a Umbigada.

Os Amaros também celebram ritos de tradição religiosa afro-brasileira, mantendo e atualizando uma rica tradição oral e mística. Foi numa dessas cerimônias religiosas, no acampamento da retomada, que o próprio Amaro foi incorporado como Preto Velho, confirmando ter sido escravizado e depois ter comprado as terras, indicando o local onde morava e onde fora enterrado.



A cabeça da Caretada: Eliomar no pandeiro, Elisane na caixa e Benedito na sanfona. Fonte: Relatório Antropológico

Alguns entre os mais antigos moradores eram importantes curandeiros, com um grande conhecimento dos poderes curativos de plantas e raízes. Outros também ficaram famosos por produzirem belas bricolagens, recomposições e mosaicos, com o material que recolhiam no bairro de Paracatuzinho, decorando suas casas, fabricando móveis e utensílios com um estilo peculiar.

Seu Benedito, que também guiava as Caretadas, produzia moradias. Algumas delas foram inteiramente decoradas por ele, por fora e por dentro, com figuras de animais e plantas, desenhadas e pintadas sobre o cimento ou feitas com pedaços de pedra e cacos de cerâmica. Seus mosaicos e esculturas representam santos, e também aves que Benedito conheceu no Pituba, plantas que manejou e observou, e outras figuras de animais que ele viu em gravuras e na televisão, e que inspiram sua arte.



Casa do Seu Benedito. Fonte: Relatório Antropológico



Seu Benedito e suas esculturas. Foto: Tania Anaya

## A demanda do grupo

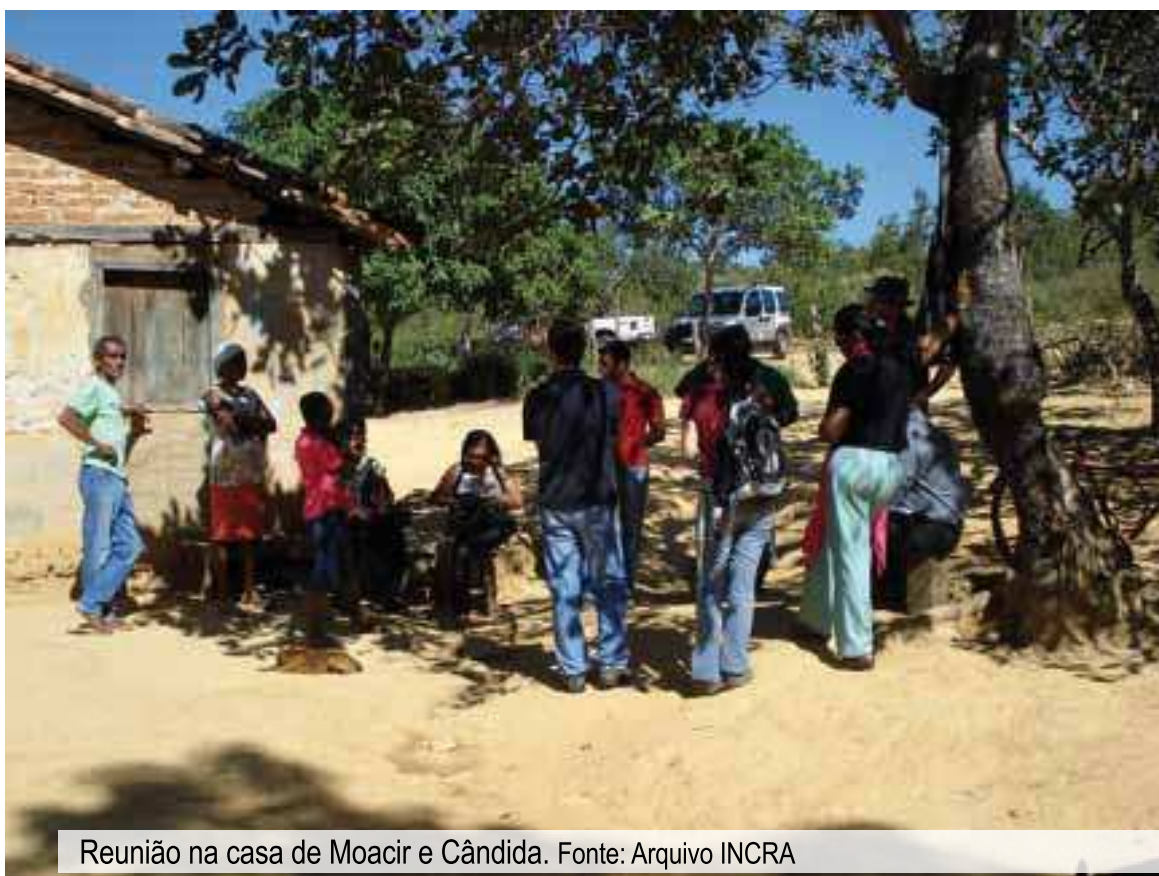
As terras reivindicadas pelo Quilombo Família dos Amaros têm cerca de 960 hectares. O processo dos bens deixados por Amaro Pereira das Mercês é um importante elemento documental, tanto para a história da formação da comunidade quanto para identificar as gerações de quilombolas que moraram no território. Sem provas de que as terras foram repassadas para os fazendeiros conforme a lei em 1962 e com o sinal de que os descendentes de Amaro Pereira das Mercês foram ocupando o território de geração a geração, de acordo com seus próprios costumes, as terras seriam consideradas devolutas ou públicas. Sendo assim, o argumento do advogado dos fazendeiros, de que sua permanência ali, por mais de vinte anos, lhes garantiria a propriedade por usucapião, não é válido, porque o usucapião só se aplica a terras particulares.

Por causa das ameaças ao ambiente, trazidas pela expansão da dominação da grande mineradora, a comunidade pede à Justiça o tombamento dos locais de importância histórica e cultural para os quilombolas, como a Igreja de Santo Antônio da Lagoa e o cemitério a ela adjacente, e também um local conhecido como a lapa de Santo Antônio Vivo, que margeia a estrada MG 188.



A Caretada. Foto: Tania Anaya

Pede, ainda, estudos para o tombamento do Arraial de Santo Antônio da Lagoa, ligado às terras da Fazenda Pituba, por seu valor histórico e importância para a identidade e a memória da Família dos Amaros. Toda a fazenda deve ser considerada área de preservação histórica e ambiental, incluindo a Lagoa de Santo Antônio e os córregos que a alimentam. Além disso, o Estado deve se responsabilizar por recuperar as áreas degradadas do ecossistema e pelo reflorestamento, garantindo as condições que permitiram aos quilombolas sobreviverem de maneira autônoma ao longo dos séculos. Todas as benfeitorias na área delimitada devem ser destinadas aos quilombolas como compensação pela destruição do seu patrimônio.



Reunião na casa de Moacir e Cândida. Fonte: Arquivo INCRA

Esta narrativa foi escrita por Ana Carolina Estrela da Costa a partir do Relatório Antropológico “Os Amaros de Paracatu”, de 2004, elaborado pela antropóloga Siglia Zambrotti Doria, com informações adicionais do Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, disponível em: <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=219> – consultado em 01/09/2015.

# Uma palavra da comunidade

## Amaros

Dona Mariinha (68 anos), importante liderança da Comunidade Quilombola dos Amaros, diz que eles têm a expectativa de receber toda a terra imediatamente e que querem retomar o território: “quando tiraram a gente de lá, foi como deixar a gente sem chão”.

“A comunidade precisa, no mínimo, de receber rapidamente uma parte suficiente para desenvolver as atividades que deseja, como criação de gado e plantação. A gente deseja que esse direito se realize antes de morrermos, e almejamos isso há vários anos. Seu Benedito faleceu com 66 anos e o Compadre Honório faleceu com 82 anos e não viram isso acontecer.”





Seu Honório, Seu Benedito e Dona Mariinha com a família, em frente à casa de Seu Benedito.  
Fonte: Tania Anaya

Este texto foi construído em conversas telefônicas com Dona Mariinha, liderança de Amaros.

# Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CEBRAS, NUQ
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Deborah Lima, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer
CONCEPÇÃO DE TEXTO E EDIÇÃO FINAL	Deborah Lima
EDIÇÃO DE TEXTO	Juarez Rocha Guimarães, Wallace Santos, Gustavo A. Fonseca Silva
SUPERVISÃO DAS NARRATIVAS	Deborah Lima, Carlos Eduardo Marques, Alexandre Sampaio
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Lilian C. B. Gomes, Cláudia Marques Oliveira, Isabella G. Miranda, Marilene Ribeiro
ADMINISTRAÇÃO	Kaianan Mauê S. Rosa, Priscila Z. Matins
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

E82q Estrela da Costa, Ana Carolina  
Quilombo Amaros de Paracatu / Ana Carolina Estrela da Costa .  
- Belo Horizonte : FAFICH, 2015.

16 p. (Terras de quilombos)  
Baseado no Relatório sócio histórico e cultural sobre a comunidade  
remanescente de Quilombos Família dos Amaros (MG) de Siglia Zambrotti  
Doria.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Doria, Siglia Zambrotti. Relatório sócio  
histórico e cultural sobre a comunidade remanescente de Quilombos Família  
dos Amaros (MG) I. Título. II. Série.

CDD:306  
CDU:39

DILMA ROUSSEFF  
Presidenta da República

PATRUS ANANIAS  
Ministro de Estado do  
Desenvolvimento Agrário

MARIA FERNANDA RAMOS COELHO  
Secretária Executiva do Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

ROBERTO WAGNER RODRIGUES  
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários  
e Desenvolvimento Rural

ZORILDA GOMES DE ARAÚJO  
Coordenadora do Núcleo de Estudos  
Agrários e Desenvolvimento Rural

EDMILTON CERQUEIRA  
QUÊNER CHAVES DOS SANTOS  
Coordenação Geral de Políticas para  
Povos e Comunidades Tradicionais

MARIA LÚCIA FALCÓN  
Presidenta do Instituto Nacional de  
Colonização e Reforma Agrária

RICHARD MARTINS TORSIANO  
Diretor de Ordenamento da  
Estrutura Fundiária

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI  
Coordenadora Geral de Regularização  
de Territórios Quilombolas

GUILHERME MANSUR DIAS  
JULIA MARQUES DALLA COSTA  
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS  
Apoio técnico  
Superintendências nos estados

# A Coleção Terras de Quilombos

reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconceções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.